

O ESPÍRITO DE POBREZA DA ÉTICA E DA POLÍTICA BRASILEIRA

Maria do Socorro de Sousa Rodrigues

O Brasileiro em Cena

Os dias atuais, apesar dos grandes avanços tecnológicos, aparecem carregados de ameaças. O bem-estar e a riqueza se têm espalhado, mas o sistema ético em vigor na sociedade brasileira carece de reflexão, uma vez que tem a função de organizar ou ordenar a sociedade, em vista de uma finalidade geral. Se a ordem é um conceito relacional, subordinado à definição de uma finalidade, é preciso definir bem essa finalidade. O que se entende, então, por ética no nosso País? Qual é pois o código de conduta que deve reger todos os cidadãos brasileiros, “dito” já na legislação e tão bem fundamentada e discutida? Ínsitos no modelo de comportamento social, nos acostumamos com a ausência de ética na prática ou com a pouca ética. O sentimento de responsabilidade parece comprometido. Abalam-se as profundezas do próprio foro íntimo. Permanecemos, ainda, aturdidos no embalo das descobertas tecnológicas, do conforto material e das novidades que surgem a toda hora, nos levando de roldão de um ponto a outro, soltos ao sabor de uma onda.

Assim, gradualmente, a venalidade cresce, a imoralidade se alastra como imensa chaga. O que era sofrimento se converteu em desespero. A ausência de orientação, os desmandos de toda ordem, a fé comprometida, pois que atrelada apenas às religiões dominantes e cheias de vícios, fazem com que as esperanças se diluam e os desequilíbrios individuais e coletivos grassem por toda parte. Anelados na corrente apresada da vida, não nos damos conta do que estamos vivendo.



E, apesar das inúmeras iniciativas de grupos sociais e de indivíduos que marcham na contramão desse estado de coisas, os valores humanos precisam ser colocados na pauta do dia. Vivemos o flagelo do século? Varredura do lixo de tantas eras? O fato é que a aspiração do povo pela justiça social e pela paz não se encontra restrita aos sistemas religiosos envelhecidos, tampouco ao poder público atual, que se erige ainda na forma equivocada de fazer política, em que uns enriquecem ilícitamente em detrimento dos que empobrecem. A disfarçada opressão se intensifica na politicagem como rede de proteção dos tutelados, nas aventuras do clientelismo sobre as costas da pobreza. O que busca o brasileiro honesto é o exercício da ética na política, que zela pela justiça e pela equidade social, mas que, para se estabelecer como tal, é preciso romper com velhas e desastradas práticas antiéticas. Reflexões sobre a condução da política no Brasil, sobre o exercício da cidadania, e, ainda, sobre as causas da riqueza e pobreza brasileira têm ocupado páginas de impressos e ambientes virtuais que hoje circulam nos mais variados campos do saber. No entanto, há muito o que fazer, pois são necessários uma educação que eduque; uma fé traduzida em trabalho, esperança, solidariedade e humildade; e o verdadeiro amor ao próximo, em que as atitudes nobres, frutos desse sentimento, possam viger e tenham reflexo na sociedade como um todo.

Em maiores ou menores proporções, a exploração do mais fraco, a opressão, a desonestidade, a corrupção, a traição, o descaso para com os pobres ocorrem todos os dias, por aquelas mesmas criaturas que denunciam tudo isso durante as campanhas politiquieras do Brasil. Em quem confiar? É a pergunta ainda sem resposta.

Gestos como a exploração da empregada doméstica, da mulher ou do marido, das crianças e dos jovens; as disputas

quase selvagens pelos espaços do trânsito, o descaso para com a saúde, a educação e as pessoas em situação de rua são comuns. O uso dos negócios ilícitos, a corrupção a olho nu, o lucro exagerado à custa da exploração humana, a indiferença dos governos e políticos com o tráfico e o uso de álcool e outras drogas, o meio ambiente, e, ainda, o preconceito entre religiões, etnias, gênero e orientação sexual comprometem a democracia e paz humanas. No serviço público, nem todos os servidores “servem”; reclamam direitos e não cumprem deveres. Em muitos lares ou organizações, há falta de respeito para com o meio ambiente, no desperdício de água, energia e acúmulo de lixo por toda parte. São comportamentos que refletem a grande imperfeição humana e o descuido dos governos com a educação. Muitos denunciam o que está errado como sendo culpa dos outros, mas não conseguem enxergar os próprios erros. É a ausência de uma educação que eduque, que desperte a consciência. No Brasil, o famoso *jeitinho brasileiro*, a velha camaradagem e a corrupção são os maiores empecilhos para o verdadeiro exercício da ética na política. Deste modo, que propostas viáveis poderão minimizar esse estado de coisas?

Este ensaio reflete um pouco sobre as consequências dessa anomalia vigente, da ausência de sentimentos nobres de boa parte dos políticos brasileiros e da sociedade e busca encontrar algumas possibilidades de reflexão e mudança.

Política: Etimologia, Conceitos e Alguns Sentidos

Segundo Ferreira (1993), Política é um conjunto dos fenômenos e das práticas relativos ao Estado ou a uma sociedade. Arte e ciência de bem governar, de cuidar dos negócios políticos. Qualquer modalidade de exercício da política.

Habilidade no trato das relações humanas. Modo acertado de conduzir uma negociação (FERREIRA, 1993, p.430).

Grandes pensadores tentaram estabelecer elementos universais de ordem justa nos negócios humanos para minimizar choque de interesses entre indivíduos e grupos na sociedade, o que deu origem a numerosas teorias políticas, frequentemente, contraditórias. Em sentido restrito, política é a arte de governar a *polis*, ou cidade-estado para os gregos, que deriva do adjetivo *politikós*, que se relaciona a tudo que tem a ver com cidade, tudo que é urbano, público, civil e social (BARSA, v. 11, 2001, p.402). Em acepção ampla, política é o estudo do fenômeno do poder, entendido como a capacidade do indivíduo ou grupos organizados de exercer controle sobre a população. Vinculada ao conceito de poder, a política se apresenta em três esferas: luta pelo poder simplesmente; instituições por meio das quais esse poder se exerce e reflexão teórica sobre a origem e estrutura do poder. No corpo social, existem conflitos e interesses antagônicos que precisam ser controlados em favor da ordem social e do bem comum, pois a história humana é basicamente a história da política: lutas travadas por indivíduos, grupos ou nações, na conquista e manutenção do poder político. Algumas delas são violentas, com assassinatos, guerras, revoluções ou golpes de Estado (outras são pacíficas, por meio de eleições, plebiscitos etc.). As mais violentas são formas primitivas de conquista, vistas ainda em plena modernidade, como o caso dos Estados Unidos (EUA) e Iraque. Os meios pacíficos de luta pelo poder indicam estado avançado de civilização e de racionalidade de concepções políticas. Na democracia, a soberania popular é o princípio da legitimação do poder. A democracia pressupõe igualdade dos indivíduos perante a lei, tende a harmonizar conflitos de interesses, embora continuem a existir, pois, estando o homem

no estágio presente, à frente e dentro de todos os sistemas, muitas dissensões acontecerão.

Nogueira (2001, p.13) comenta que “quando nos mobilizamos para tentar dizer o que é política, ingressamos num terreno escorregadio, recoberto por uma espessa névoa de questões complicadas”. Para ele, é importante descobrir se faz mesmo sentido tratar de política como algo que realmente mereça cuidado. Lamenta, sobretudo, a carência de valores éticos que, no Brasil, faz ruir o próprio terreno da política. No capítulo “Crise”, de seu livro *Em Defesa da Política*, afirma, que, no contexto de crise em que vivemos, tudo parece de pernas para o ar. Advoga a ideia de que, nela, nem o velho está enterado nem o novo ainda se configurou para orientar o presente. Pensa em crise como transição e nunca como morte, pois ao mesmo tempo em que elas destroem, também fornecem chances para novas construções. Mas, na perspectiva deste autor (NOGUEIRA, 2001, p.16), “quando é a política que está em crise, as sociedades são despojadas de uma parte daquilo que dá sentido ao viver coletivo”. Para ele, sem a política, a sociedade se precipita em luta obscura, sem objetivos definidos ou transparentes. Aponta para a possibilidade de que a combinação de Informática, Internet, grandes redes de comunicação, mídia, televisão e indústria do entretenimento, fruto também da globalização, ajudam a deslocar decisivamente a política, transformando-a em espetáculo, banalizando-a.

No cenário atual, rebaixam-se os valores públicos, pragmatiza-se a política, convertendo-a em política de interesses, predominando a sufocante lógica de poder na competição política, tudo isso vinculado ao neoliberalismo. Com isso, a política se desgasta e se converte em *show*. “Há pouca política no debate político” e também, por essa razão, os votos perdem força e valor (NOGUEIRA, 2001, p.19). Analisando por

esse prisma, tudo se complica e se obscurece. Veem-se ameaças por toda parte. Assim, o cidadão confuso e empanturrado de informações, advindas dos meios de comunicação, foge, e, como escreveu Génèreux citado por Nogueira (2001, p.20), passamos a viver em “um mundo que nos dá medo”.

Por outro lado, a perda da confiança na política expande a marginalização, fenômeno verificado pelo índice de criminalidade e violências de toda natureza, nos últimos anos, no país. Na verdade, muitas questões complexas estão também associadas à política – poder, autoridade, interesses, ambições, força e persuasão, leis, armas, afeto e repressão. Foi também por esse motivo que Max Weber *apud* Rancière (1996, p.16) assegurou que o indivíduo que se vinculasse ou se comprometesse com a política, estaria estabelecendo um pacto com forças diabólicas. Mas a política não é somente isso, diz Nogueira (2001), sua principal função é dar perspectivas às pessoas – tornar autoconsciente uma comunidade. Não exercendo esse papel, tornar-se-á apenas política de poder, política sem política ou com pouca política. O autor considera três tipos de política: 1º – a “política dos políticos”, que ele define como “política com pouca política”, que é a política dos politiquinhos, que não se separa da ambição, e é feita de intrigas e de conchavos; 2º – a “política dos cidadãos”, que busca o bem comum, é, pois, a “política com muita política”, seu protagonista é muito mais o grupo, o partido, o movimento, a massa, do que a personalidade talentosa do príncipe que se destaca e se projeta; e 3º – a “política dos técnicos”, que se vê nos dias atuais com a hipervalorização da técnica, da gestão e da administração sobre o governar, o articular, o participar, o discutir. (NOGUEIRA, 2001, p.47). É na “política sem política” que, segundo Nogueira (p.63), sua máxima preferida se estabelece: “onde há política ou poder, há corrupção”. A

política que tem gerado o descrédito e o desprezo do povo é, portanto, a politicagem dos políticos.

Rancière (1996, p.14) afirma que o que torna a política um objeto escandaloso é que a política é a atividade que tem, por racionalidade própria, a racionalidade do desentendimento. Para Nogueira (2001, p.49), “a política solicita que os indivíduos e grupos saiam de si mesmos, moderem-se, ultrapassem-se, ponham-se na perspectiva dos demais”, passando da defesa dos interesses particulares para a construção e a defesa do interesse geral, o que minoraria bastante os desentendimentos.

Aristóteles, em sua obra clássica, vinculou a política à virtude e à comunidade dos homens. O homem é um ser social, o único que possui o dom da palavra, o único a ter noção do bem e do mal, da justiça e da injustiça, por isso, aspira à felicidade. É também um animal político e só pode existir na *polis* (cidade), no Estado ou na comunidade. A *polis* é uma construção política, produto de cidadãos do bem. Como reforça Nogueira (2001, p.67), a crise da política “é a dificuldade de se compor o que é comum; é o domínio do mercado sobre o Estado, o enfraquecimento dos institutos e da cultura de solidariedade”.

Um dos sentidos de política que atravanca os avanços coletivos é, segundo o mesmo autor, associá-la à dominação, à invisibilidade do poder, à sedução, ao disfarce, simulação e dissimulação e aos interesses pessoais. Política mesmo é a aposta nas vantagens da comunidade, desenvolvendo valores, virtudes como: justiça, liberdade e igualdade; e o desafio da política é criar condições para que isso aconteça.

Concordamos com esse autor que, somente pela incorporação de novo modo de pensar, é que a política se desenvolverá. Para isso, exige, de todos, reforma moral, ética, intelec-

tual, comportamental e elevação do pensamento crítico, indo além de determinismos, pensando a realidade como processo, movimento incompleto, dosando informações e conhecimento, domesticando o poder e colocando-o a serviço dos homens, com responsabilidade e disciplina.

Cidadania sem Política e Ética no Brasil: o Que É Isso?

O dramaturgo Pierre Augustin Caron de Beaumarchais, em outubro de 1774, em um dos seus discursos, utilizou o sentido moderno da palavra cidadão, que ganhou mais ressonância nos primeiros meses da revolução francesa, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (BARSA, v. 4, 2001, p.181).

Etimologicamente, cidadania refere-se à condição dos que residem na cidade. Diz também da condição do indivíduo, membro de Estado, idem ser portador de direitos e obrigações. Esses significados foram associados após transformação fundamental do mundo moderno. O termo cidadão tornou-se sinônimo de homem livre, portador de direitos e obrigações individuais, assegurados em lei. As forças sociais: burguesia e moderna economia capitalista, interessadas na individualização e na codificação desses direitos, formam-se na cidade.

Além do sentido sociológico, cidadania tem sentido político, que expressa a igualdade perante a lei, conquistada pelas grandes revoluções (inglesa, francesa e americana), posteriormente conhecida no mundo inteiro. Ela é originalmente um direito burguês, que se desenvolve e se estende no processo histórico gradual com a transformação da estrutura social pré-moderna, no quadro da economia capitalista e do Estado nacional moderno, com o reconhecimento e a universalização de uma série de novos direitos, que, em parte,

são indispensáveis ao funcionamento da economia capitalista moderna e, em parte, resultado concreto do conflito político de cada país. Portanto, trata-se de conceito, ao mesmo tempo, jurídico, sociológico e político. Tem, portanto, dois aspectos: o institucional, pois envolve reconhecimento explícito e garantia de certos direitos fundamentais, embora nem sempre constantes e irredutíveis e o processual, uma vez que as garantias civis e políticas não são definitivas, mas em constante reafirmação, para que, com isso, haja democracia, institucionalizando-se amplamente a participação política (BEAUMARCHAIS, 1974).

Isso vige até hoje. O trabalho não regulamentado do menor, no Brasil, que atenta contra os mais elementares direitos à cidadania, é um exemplo. Embora proibida por lei, a inserção do menor no trabalho, as garantias institucionais não têm conseguido evitar seu descumprimento. Num país de pouca geração de emprego e renda, onde a fome campeia o estômago de grande parte da população pobre, pais famintos, sem alternativa ou perspectivas de vida, sem escolas ou com escolas ruins, permitem que os filhos, entre 10 e 17 anos, trabalhem para que a família não morra de fome. Nesse caso, não há, por assim dizer, infração da lei por negligência, desobediência ou irresponsabilidade, apenas há a ignorância, desconhecem que ela existe; há verdadeiramente instinto de sobrevivência, e, ao mesmo tempo, um alerta para a situação. Fala-se muito de liberdade e assegura-se que ser cidadão é ser homem livre, mas de que liberdade estamos falando? Não há liberdade onde os direitos essenciais, como o direito ao trabalho, à saúde, à educação e à moradia são garantidos à custa de muitas lutas, quando o são. Tamanha é a distância entre o conhecimento, o usufruto do direito e o verdadeiro significado de *ser cidadão*, que é o “indivíduo no gozo dos direitos civis e

políticos de um Estado, e cidadania é a condição de cidadão” (FERREIRA, 1993).

Estamos em 2013, mas tudo parece igual. No dia em que oito dos 82 moradores do Palace II conseguiram, na justiça, o direito a receber a primeira parcela da indenização dos imóveis, os jornais do dia (28 de julho de 2004) noticiaram o fato. Entrevistada pelo repórter sobre qual sentimento tinha com aquela parcial vitória, após seis anos de espera, uma das moradoras respondeu: *sinto que houve um pouco de cidadania*. A constatação da falta de cidadania no Brasil é tão evidente que outro morador, quase eufórico, comentou: *Agora, até que dá para acreditar na justiça, estamos com dinheiro em espécie e isso já é muito*, muito porque o restante dos moradores não havia recebido nada ainda e não havia garantias de que conseguiriam receber tudo. Depois de luta desumana junto à justiça para reaver direito adquirido, o brasileiro ainda se sente agradecido, ao descobrir que houve “*um pouco de cidadania*”. Falta ainda ao povo brasileiro a “consciência do direito a ter direito”, expressão usada por Lefort (1986), citada por Telles (2001, p.51). Na perspectiva dessa autora, a descoberta da sociedade se fez na experiência dos movimentos sociais, das lutas operárias, dos embates políticos, que afirmavam a verdadeira identidade dos sujeitos que reclamavam por autonomia. É somente no espaço público, continua ela, que se elaborou e se difundiu a “consciência do direito a ter direito”. Como o pobre, por não saber dos seus direitos, também por eles não lutam, parece não serem cidadãos, ou seja, não se veem senhor de diretos.

Ao tratar de cidadania e pobreza como punição de direitos e da tragédia social brasileira, Telles (1999, p.8) comenta que décadas de investigação já trazem essa confirmação, mas uma pergunta ainda a inquieta: diz respeito “às possibilidades

da cidadania se enraizar nas práticas sociais, como parâmetro a reger as relações sociais, como regra de civilidade e medida das reciprocidades que se esperam na vida em sociedade”.

Sem ter a pretensão de responder, acrescentaria as ideias que impulsionaram Nogueira (2001) a defender a mudança na política, na conclusão da primeira parte deste texto: enquanto não houver, “na política dos políticos”, uma mudança de mentalidade ou a formação de uma nova consciência que coloque os interesses coletivos acima dos interesses individuais, não haverá possibilidades da cidadania enraizar-se como regra de civilidade. Enquanto o ser não se modificar, também não mudarão as práticas sociais e tampouco a sociedade.

Isso vale para pobres e ricos, políticos e politiquinhos, governantes e governados, entidades de classe ou não. Nova discussão deve acompanhar as lutas pela exigência do direito e da cidadania: é a da transformação interior que redundará na criação do novo homem, cômico de seus direitos e responsabilidades para com o país, para com o povo, especialmente quando à frente do poder público. Esse novo homem mudará a sociedade, pois, sendo responsável, não se permitirá o vão repouso enquanto o dever o aguarda. Conhecendo as possibilidades, coloca-as em ação sempre que necessário, aberto ao amor e ao bem comum.

Pobreza de Tudo

O dicionarista Ferreira (1993) define pobreza como “Estado ou qualidade de pobre. Em sentido genérico, como “carência de meios essenciais que garantam a sobrevivência, [...] em sentido estrito, as necessidades básicas que se referem à manutenção da vida, e, [...] em sentido amplo, como dependente do padrão de vida de cada comunidade (BARSA, v. 11, p.383).

A carência de meios à sobrevivência é o ponto comum entre as duas definições. Um dos mais graves problemas da humanidade, em todos os tempos, a pobreza chamou atenção de muitos economistas e sociólogos. Adam Smith, na obra *A riqueza das nações*, em 1776, chegou mesmo a firmar que nenhuma sociedade, cuja maior parte de seus membros são pobres e miseráveis, pode ser próspera e feliz. Tal afirmação coaduna-se perfeitamente com a situação econômica do Brasil. Nossa pobreza é coletiva, dada a insuficiência constante de suprir necessidades básicas e se caracteriza pela insuficiência da renda nacional que garanta igualmente a manutenção da população. Outra largamente espalhada nos meios políticos é a pobreza de valores éticos que produziu a cultura da irresponsabilidade estatal. Em se tratando de ausência de meios à sobrevivência, a renda nacional do Brasil é mal distribuída e, por isso, há grande concentração de renda na mão de poucos e pouco ou quase nada na mão de muitos. Essa pobreza é evidente e se define como permanente estado de sofrimento.

Em país próspero, de condições climáticas favoráveis à produção de alimentos, onde a população jovem e produtiva está sempre em ascensão, onde o solo é rico em minérios e cultivável em grande extensão, não se concebe o estado de miséria em que se vive, a não ser pela manutenção de outra devastadora pobreza, que é a *obsessão do possuir*, geralmente associada a ambições sem limites, especialmente de muitos que chegam ao poder.

Decorrente do egoísmo, da vaidade, da irresponsabilidade administrativa de grande parte dos dirigentes, em todas as épocas, associados à força poderosa das oligarquias que, impiedosamente, ajudam a governar equivocadamente o país, não se pode esperar outra coisa, senão pobreza material coletiva, com características de permanência. A pobreza de virtu-

des produz a pobreza de insuficiência de meios essenciais que garantam as mínimas condições de sobrevivência. Situam-se, nesse quadro devastador, muitos países da Ásia, África e América Latina, embora a pobreza de virtudes se instale também, impiedosamente, nos países desenvolvidos, perversos nas relações de exploração com os subdesenvolvidos. Lobos maiores sempre devorando lobos menores.

Os poderosos se fazem cada vez mais poderosos; a classe média tem três escalas, mas os pobres de antes desceram à categoria de miseráveis que, por sua vez, deixam de ser *gente*. Para esses, não há nem espaço da casa, nem espaço da rua, termos a que se referiu Da Matta (1985), em seu texto *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*, e Martins (1994) ao tratar de *clientelismo e corrupção no Brasil contemporâneo*. Para eles, não há também espaço público como espaço de luta, de conquista. Tornaram-se os párias da sociedade, pela condição desumana a que foram expostos. Nem são marginais nem delinquentes, apenas perderam o “direito de ter direito”, à mínima sobrevivência. Não se alimentam, apenas comem o que lhes é dado como ração para forrar o estômago corroído pela acidez da fome. Não são contados nas estatísticas sociais, não possuem domicílio e, muitas vezes, nem mais registro de nascimento. Não votam e não são votados, não lutam mais. A dignidade lhes foi arrancada pelas armas da perversidade dos que governam e do povo, de um modo geral, que os veem como animais famintos, farrapos humanos, tendo como único caminho a droga que obnubila a sua mente. Não pensam, não agem, sobrevivem. Não são dignos de confiança, nem de ricos, nem dos seu pares, os outros miseráveis. Estão nas calçadas das igrejas, mas não são vistos, nem por pastores nem pelos fiéis que buscam a salvação nos confortáveis bancos dos templos, achando que, pelo fato de frequentarem festas religiosas,

terão direito ao paraíso. Nem mesmo conseguem enxergar o exemplo de humildade, indulgência, caridade e benevolência de Jesus, mas esperam graça e salvação. Nossos miseráveis habitam as vielas dos grandes centros, embaixo das pontes, nos becos da cidade, nas calçadas e embaixo das cobertas do comércio que, à noite, lhes servem de abrigo. São muitos, porém não são mais vistos. Intitulam-se, eles mesmos, de *pobres diabos*. Quando morrem de doenças que o abandono e a fome e droga lhes causaram, não são enterrados pelos familiares, que já não mais os conhecem, e passam, então, a ocupar algumas das geladeiras do Instituto Médico Legal (IML), na esperança de que alguém os venha reconhecer. Os corpos pereceram pelo descaso dos homens de Estado, mas a essência humana, porque espiritual e eterna, permanece, observando o obscuro mundo dos humanos e as maldades coletivas. São enterrados na indigência sepulcral esses filhos de nossa terra, irmãos de Pátria, apátridas por negligência estatal.

A realidade nefasta do Brasil, que nasceu com o período colonial, permanece e serve como discurso político para angariar votos por meio do apelo demagógico e sensibilizador dos políticos sem escrúpulos. Tal realidade teve gênese na história colonial, agravou-se a partir da década de 1930, que, mesmo dando ênfase à industrialização, deixou intacta uma estrutura agrária obsoleta em que a posse da terra ficou restrita a poucas pessoas e incentivou o sistema concentrador de renda. Há sofisticação na tecnologia, mas o quadro moral e social ainda é delinquente.

O êxodo rural fez as cidades incharem, aumentando as populações de morros e favelas. Nas grandes cidades, cresceu a marginalização e os espaços urbanos foram cada vez mais sendo depredados e a miséria humana povoa o país de ponta a ponta, ascendendo para o uso degradante do álco-

ol e outras drogas. O processo de redemocratização, tardiamente, começou a despertar a consciência nacional para a presença ostensiva da face mais trágica da miséria e da violência. Essa fome de ética e moral que produziu, entre outros flagelos, a permanência da seca no Nordeste. Tentar reverter o quadro, ao nosso modo de ver, só ocorrerá com o despertar coletivo das consciências para as responsabilidades sociais. É preciso estancar essa sangria. Diz o Espírito Joanna de Ângelis (2013), “é hora de recompor. O tempo urge no relógio da evolução humana”. “[...] Juventude de hoje formosa e sonhadora! Tudo quanto contemples em forma de corrupção, de degradação, de miséria, é a herança maléfica da insensatez e da crueldade”. “Faze luz desde agora, não te comprometendo com o mal”. “Não te permitas corromper pelos astutos triunfadores de um dia. Eles estão enfermos”. “Vende ao amor tuas forças, tua inteligência e segue o Mestre Incomparável hoje, porque amanhã, possivelmente, será tarde demais”.

Conclusão

Ao lado das lutas sociais em prol da democracia, da cidadania, da igualdade e equidade social, ou outros apelos, também sociais, há que se movimentarem profundas discussões sobre o comportamento humano individual e coletivo. As escolas e as universidades devem ser palco desses fóruns, onde a humanizada e fraterna discussão deve ensejar a busca da transformação interna de cada um. Somente uma consciência desperta, inspirando outras a despertarem, poderá minimizar gradualmente essa cultura sombria e institucionalizada da banalidade, da corrupção, da irresponsabilidade brasileira de governar ou administrar, do tal *jeitinho brasileiro de ser*, do



hedonismo do *possuir*, da pobreza de solidariedade e da tirania disfarçada, porém vigente, das desigualdades sociais, da capacidade de alienar e subestimar.

Essa pobreza ainda tão evidente permanecerá se as conquistas internas do ser humano não se exteriorizarem como entendimento da vida, num empenho incessante de crescer e jamais cansar-se, saturar-se ou desistir. Uma ética, que, como ciência prática, estude, verdadeiramente, a moralidade dos atos humanos, com vistas à redução das desigualdades, por meio da democracia, com plena vivência cidadã. Uma política que governe com justiça, um povo que entenda o que é respeito e aprenda, desde o berço, a conjugar o verbo amar aos outros e ao planeta. Pois não é somente por meio da tecnologia que a sociedade se engrandece.

Um povo não é grande e não se eleva senão pelo trabalho, pelo culto da justiça e da ética. Uma portentosa visão de mundo de equidade, de amor e de justiça, onde tudo é regulado com ordem, com sabedoria e harmonicamente ainda é possível. Contrária às vãs polêmicas e às discussões estereis, a aspiração da alma humana ao ideal de felicidade é o que a sustenta nas lutas do hoje. Vivenciar a ética na política brasileira, a liberdade e a cidadania é uma aspiração da qual todos sonhamos.

Referências Bibliográficas

ÂNGELIS, Joanna. (Espírito). Mensagem aos Jovens. *Jornal O Povo*. Fortaleza, p.26, 13 out. 2013.

BARSA. *Nova Enciclopédia Barsa*. São Paulo: Barsa Consultoria Editorial Ltda., 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

MARTINS, José de Souza. Clientelismo e corrupção no Brasil contemporâneo. In: *O poder do atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994, p.19-51.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Em defesa da política*. São Paulo: SENAC São Paulo 2001. RANCIÈRE, Jacques. *O Desenvolvimento político e filosofia*. São Paulo: Edições 34, 1996.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: USP. Ed. 34, 2001.

_____. *Direitos sociais: Afinal, do que se trata?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

